

Prefeitura Municipal

INACIOLÂNDIA - GO



**1º TERMO DE ADITAMENTO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2023 - INEXIGIBILIDADE**

TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 013/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA** E A EMPRESA **HELOISO SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**.

DAS CONTRATANTES

O **MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.26.923.755/0001-51, com sede na Praça Ulisses Guimarães, nº.37, Bairro José Aparecido, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 704.557.246-87, RG nº MG-4676770 PCEMG/MG, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, Qd. 3, Lt 18, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, neste ato simplesmente designado **CONTRATANTE** e a Empresa **HELOISO SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida sito à Rua Belmiro Candido de Abreu, Quadra 16, Lt 11, s/nº, Bairro Odilia, na cidade de Rio Verde - GO, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.494.016/0001-48, neste ato representada por seu sócio o Sr. **MARCIO HELOISO DA SILVA**, brasileiro, Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/GO nº 61.031 e no CPF sob o nº 058.564.466-74, doravante denominada **CONTRATADA**, que formalizam e firmam entre si o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2023**, concernente ao **Processo Administrativo nº 2023006336, Ato de dispensa de licitação por inexigibilidade nº 019/2023**.

As partes acima nominadas e qualificadas ajustam por este e na melhor forma em direito permitida o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Jurídica

1.1. O presente termo aditivo reger-se-á pelas disposições constantes no Art. 132 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, “Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1. O presente termo tem como objetivo é o aditivo de valor e prazo ao contrato de prestação de serviços nº 013/2023.

Cláusula Terceira - Do Valor e Dotação Orçamentaria;

3.1. O valor a ser aditivado ao Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2023 é de **R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)**, por 12 meses de serviços prestados.

3.2. Valor estimado mensal a ser pago para a prestação de serviços será de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

3.3. O valor total estimado do contato passa a ser de **R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)**, que serão pagos pelas rubricas orçamentarias abaixo:

Dotação:

02.0203.04.122.0582.2200 – 339034 – 100;



Prefeitura Municipal

INACIOLÂNDIA -GO



Cláusula Quarta – Da Vigência;

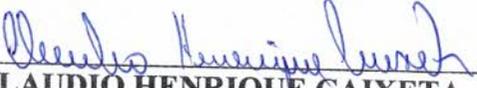
4.1. A vigência das obrigações com o contratado terá início a contar da data de sua assinatura do contrato de prestação de serviços e encerrando-se 31 de dezembro de 2024, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

Clausula Quinta - Da Inalterabilidade

5.1. Ficam inalteradas todas as demais cláusulas dos referidos contratos, mantendo as mesmas condições do contrato original e seus aditivos até hoje.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, assinando as partes juntamente com duas testemunhas idôneas e capazes escolhida para este fim.

Inaciolândia, (GO), aos 20 dias do mês de dezembro de 2023.

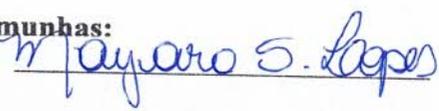

CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA
Prefeito Municipal
Contratante

MARCIO
HELOISO DA
SILVA:058564466
74

Assinado de forma digital
por MARCIO HELOISO DA
SILVA:05856446674
Dados: 2023.12.20
11:35:17 -03'00'

**HELOISO SILVA SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**
CNPJ nº 42.494.016/0001-48
Contratada

Testemunhas:

1º: 

2º:



CPF: 043.255.301-00

CPF: 943.042421-91

JUSTIFICATIVA

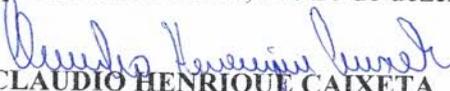
Este primeiro termo de aditivo ao Contrato nº 013/2023 decorre:

- a) Da continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Pública;
- b) Da necessidade da prestação de serviços no executivo municipal com o objeto do Contrato Primitivo ser contínua, interrompê-lo pode causar prejuízo para a Administração Pública e aos Municípios;
- c) Do interesse público da necessidade administrativa e da vantagem para Administração Pública que está contratando nas mesmas condições previstas no Contrato, o que importa em economia e atende ao princípio da economicidade em dar prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

Nos termos de sua atual redação, o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, que institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, exige uma interpretação que, de um lado ponha às claras todo o seu potencial de utilização e, de outro, que discuta as dúvidas levantadas por alguns de seus interpretes. A isso nos propomos neste termo cujo objetivo é essencial e prático a sua prorrogação, considerando que a Lei nº 14.133/21, dispõe esse mandamento que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. Em texto corrido, estes são os dispositivos da Lei Federal das licitações e contratos da Administração Pública, cuja análise nos termos propostos pretendemos levar a cabo, conforme preconiza os artigos supracitados.

Destarte, não há porque de não se aditivar o contrato em comento, para até 31 de dezembro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inaciolândia, aos 20 de dezembro de 2023.


CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE